



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 179

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PFL

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**  
3º Secretário - PMDB

**IRONDI PUGLIESI**  
4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**  
5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo.....Deputado Valdir Rossoni  
PFL.....Deputado Plauto Miró  
PTB.....Deputado Valdir Rossoni  
PMDB.....Deputado Orlando Pessuti  
PPB.....Deputado Augustinho Zucchi  
PT.....Deputado Péricles H. de Mello  
PDT.....Deputado Edgar Bueno  
PL.....Deputado Horácio Rodrigues  
PSN.....Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 46ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE DEZEMBRO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

**ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o título de Cidadã Benemerita a Deputada Ironi Mantovani Pugliesi. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos ao restante da matéria.

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário, ao Senhor Comendador Manoel Alho da Silva. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 75, de 02.06.98)**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 390/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 045/98, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1999. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 390/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

SEÇÃO I  
Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1999, compreendendo:

I - os orçamentos fiscal e próprio da Administração Indireta;

II - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

## SEÇÃO II

### Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, é estimada no valor de R\$10.219.995.216,00 (dez bilhões, duzentos e dezenove milhões, novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e dezesseis reais).

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 33 da Lei Estadual n 12.214, de 10 de julho de 1998, e a legislação estadual pertinente, nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

#### 1 - Receitas de Recolhimento

Centralizado	R\$8.301.391.956
1.1 - Receitas Correntes	R\$5.323.647.751
1.2 - Receitas de Capital	R\$2.977.744.205

#### 2 - Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos (exclusive transferências do Tesouro Estadual)

	R\$1.164.090.330
2.1 - Receitas Correntes	R\$ 910.897.290
2.2 - Receitas de Capital	R\$ 253.193.040

#### 3 - Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o orçamento de investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual)

	R\$754.512.930
3.1 - Receitas Correntes	R\$512.576.060
3.2 - Receitas de Capital	R\$241.936.870

#### 4 - Total da Receita

	R\$10.219.995.216
4.1 - Receitas Correntes	R\$ 6.747.121.101
4.2 - Receitas de Capital	R\$ 3.472.874.115

## SEÇÃO III

### Dos Orçamentos

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita em R\$9.465.482.286,00 (nove bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e seis reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 4º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de

transferências do Estado, está estimado em R\$1.081.416.210,00 (hum bilhão, oitenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e dez reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O programa de obras custeadas com recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

## SEÇÃO IV

### Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de primeiro de julho de 1998, poderão ser corrigidos antes do início da execução orçamentária, pela previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE, ou no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, aplicada no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1998, dando ciência prévia a Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor -INPC/IBGE, ou no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência a Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

## SEÇÃO V

### Das autorizações para abertura de créditos e ajustes de fontes

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, e o pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas pre-

vistas no Parágrafo Primeiro do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

II - Abrir créditos suplementares de até o limite de 5% (cinco por cento) por projeto/atividade, das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receita própria da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

III - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) por projeto/atividade, das dotações definidas neste orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - Até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas ou anexo III deste orçamento, proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos e Atividades e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei.

V - Proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos e Atividades e das obras definidas no Anexo VI, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei.

VI - Alterar o programa de obras, orçado nesta Lei, a nível de projetos e atividades orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento) custeados com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado, não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado, até o 5º dia de cada mês, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para atender ao disposto na Lei Estadual nº 12.201, de 25 de junho de 1998, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 - Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 13 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

## SEÇÃO VI das Centralizações de Recursos

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com vistas à sua otimização administrativa, em especial os referidos nos artigos 63, 64, e 65, da lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e em suas eventuais alterações, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

## SEÇÃO VII Da Execução do Orçamento e dos Créditos por antecipação da Receita

Art. 15 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da Receita, nos termos da Lei.

## SEÇÃO VIII Das Disposições Gerais

Art. 16 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores na forma do disposto no Art. 7º, desta Lei.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de cargos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 18 - De acordo com as alterações procedidas no Art. 2º, desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a elevar a receita de recolhimento centralizado no montante de R\$840.615.006,00 (oitocentos e quarenta milhões, seiscentos e quinze mil e seis reais).

Parágrafo Único - O valor a que se refere o caput desse artigo será incorporado nos códigos 1762.01.00 e 2462.01.00 - Transferências de Convênios com Órgãos Federais.

Art. 19 - Passam a fazer parte integrante da presente Lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Executivo proceder as alterações orçamentárias deles decorrentes correspondentes à Receita e à Despesa, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no decorrer do exercício, os atos necessários para os ajustes nos programas de trabalho decorrentes dos Anexos VI e VII, observando os limites estabelecidos no art. 9º, desta Lei.

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.98.

(aa) CESAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 479/98, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Idosos São Vicente de Paulo, no Município de Palmital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 479/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Idosos São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Palmital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei nº 481/98, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o serviço de obras sociais no Município de Laranjeiras do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 481/98

A Assembléia Legislativa do

Estado Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 482/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Amigos do Parque Rio da Onça, com sede e foro na Comarca de Guaratuba, Cidade de Matinhos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 482/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Parque Rio da Onça, com sede no Município de Matinhos e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 499/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Bonsucessense de Idosos, com sede e foro na Cidade de Bom Sucesso do Sul, neste Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 499/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Bonsucessense de Idosos, com sede e foro no Município de Bom Sucesso do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

### ITEM 07

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/98, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor José Polini. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito "Post Mortem", ao Senhor Maurício Roslindo Fruet. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 455/98, de autoria do Deputado Paulo Gorski, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho que liga a BR- 277 ao Município de São Pedro do Iguaçu, passando pelas Localidades de União e São Francisco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que prorroga os efeitos da Lei nº 12.323, de 15 de setembro de 1998, que destinou recursos à Secretaria de Esporte e Turismo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação pré-Escolar Padre José de Anchieta, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Carentes de Terra Rica -ASPECTER, com sede e foro em Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 528/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a implantar programa de revitalização do esporte paranaense e da arrecadação tributária no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/98, de autoria do Deputado Pérides Hollenben de Mello, que concede o Título de Cidadão Benemérito a Walter Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 15

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma CIRETRAN no Município de Realeza, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 16

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que agrega o imóvel matriculado sob nº 1.540, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul, ao Parque Estadual das Lauráceas, ampliando a área deste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em votação a emenda. Aprovada.**

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2106, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O Senhor 1º Secretário vai proceder a leitura da Sinopse dos trabalhos realizados até esta data.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (Augustinho Zucchi)

Diretoria Administrativa.

Sinopse dos Trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Ordinário, compreendido entre 15 de fevereiro à 15 de dezembro de 1998:

Sessão de Instalação: 1  
Sessões, Ordinárias: 110  
Sessões Extraordinárias: 43  
Sessões Solenes: 10  
Sessão de Encerramento: 1  
Termo de Ata: 5  
Projetos de Lei apresentados: 506  
Projetos vetados integralmente: 15  
Projetos vetados parcialmente: 6  
Projetos de Lei sancionados pelo Sr. Governador: 365  
Proposições: 27  
Projetos de Resolução apresentados: 14  
Projetos de Resolução aprovados: 3  
Projetos e Decretos Legislativos: 10  
Mensagens do Sr. Governador: 57  
Emenda Constitucional: 1  
Requerimentos dos Srs. Deputados: 1986  
Ofícios expedidos para o Sr. Governador: 51  
Ofícios Internos: 1573  
Ofícios Externos: 2473  
Atos da Comissão Executiva: 276  
Portarias: 110  
Protocolos: 11.264

Era só, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado o Período de Sessões Ordinárias da 4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, convocando os Senhores Deputados para o dia 16 do corrente mês, à hora regimental, para a Instalação das Sessões Extraordinárias, convocada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através de Mensagem nº 058/98, para funcionar entre os dias 16 do corrente mês a 16 de janeiro de 1999, comunicando que será votada a seguinte

**ORDEM DO DIA**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 058, 487 e 508/98.

Levanta-se a sessão.

**Atas das Comissões:**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos dois dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier, Caíto Quintana, Eduardo Trevisan e Walmor Trentini. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 471/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Joel Coimbra, na forma do Substitutivo anexo - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Florisvaldo Fier, Caíto Quintana, Paulo Gorski e José Maria Ferreira. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada da Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
 Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos nove dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier, Caíto Quintana, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, Paulo Gorski e mais os Deputados Orlando Pessuti, Valdir Rossoni e Horácio Rodrigues. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 503/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 165/95 de autoria do Deputado Horácio Rodrigues. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 512/98 de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 486/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 513/98 de autoria do Deputado Marcos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 511/98 de autoria do Deputado Marcos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 458/98 de autoria do Tribunal de Justiça.

O Senhor Presidente determina a retirada de pauta da presente matéria até a próxima reunião: 08) Projeto de Lei nº 427/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 429/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 508/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 487/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 441/98 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

JOEL COIMBRA - Presidente  
 Ana Lúcia Andretta - Secretária